

# PERFIL FAMILIAR E MODOS DE HABITAR A PERIFERIA METROPOLITANA

Avaliação Pós-Ocupação em HIS a partir de uma cidade pequena (Viana, ES, Brasil)

Jorge de Oliveira  
Lyvia Fialho Soares de Moraes  
Martha Machado Campos  
Universidade Federal do Espírito Santo

**RESUMO** | Este trabalho discute o contexto da moradia social em territórios periféricos à luz das necessidades dos moradores. Procede uma Avaliação Pós-Ocupação (APO) das unidades habitacionais produzidas pelo Programa de Urbanização de Assentamentos Precários – UAP, no bairro Campo Verde, situado no município de Viana, periferia metropolitana do Espírito Santo. O trabalho concilia apoio técnico de Universidade Federal e poder público, e transcorreu de forma participativa, com o objetivo de avaliar os resultados das intervenções urbanas integradas no território. A etapa de APO foi empregada em uma amostra estratificada de unidades residenciais, priorizando distintos perfis familiares e unidades com expansibilidade. Os métodos e técnicas empregados, aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa, compreendem: questionário, entrevista semiestruturada e levantamento de campo. A diversidade de arranjos familiares aponta os desafios da mulher provedora, do envelhecimento, e das pessoas com deficiência. Comprova-se a inadequação da casa padrão e a vida reclusa dos moradores periféricos.

Palavras-chave: habitação evolutiva, Avaliação Pós-Ocupação, perfil familiar, assentamentos precários.

**ABSTRACT** | This work discusses the context of social housing in outskirts territories beyond the necessities of the residents. It proceeds a Post-Occupancy Evaluation (POE) of the house units produced by the Urban Program of Unreliable Settlements, in the neighborhood of Campo Verde, stated on the municipality Viana, metropolitan periphery of Espírito Santo. This work splits technical support of the Federal University and the public power, and proceeds in a participative way, aiming to evaluate the results of the urban interventions integrated in the territory. The stage of POE was disposed as a stratified sample of the residential units, prioritizing the differential family profiles and the expensed units. The methods and techniques used, were approved by Ethics Committee Research, it follows: questionnaire, semi structured interview and field survey. The diversity of the families array points out the challenges the provider women, the aging, and the physically handicapped people. It comproves that the inadequacy of the pattern house and the recluse lifestyle of the peripheral residents.

Keywords: evolutionary housing, Post-Occupancy Evaluation, family profile, unreliable settlements

## Introdução

Este trabalho discute o contexto da moradia de provisão pública situada em territórios periféricos à luz das demandas e da percepção dos moradores. Procede uma Avaliação Pós-Ocupação (APO) das unidades habitacionais produzidas pelo Programa de Urbanização Integrada de Assentamentos Precários às margens Sul do Rio Formate – PAC/UAP, no bairro Campo Verde, às margens Sul do Rio Formate, situado no município de Viana, Região Metropolitana da Grande Vitória, no Espírito Santo. O trabalho compreende uma parceria entre Universidade e poder público, com apoio técnico do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. A atividade desenvolvida pela academia integra a disciplina ofertada pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo as UFES, sob responsabilidade e condução de professores experientes em práticas participativas, atividades de campo e APO, com a colaboração de alunos da graduação e pós-graduação. O propósito da atividade oportunizou o aperfeiçoamento da formação discente, a integração entre o tripé ensino, pesquisa e extensão, com o desenvolvimento e aplicação de metodologias participativas na escala urbana (Diagnóstico rápido urbano participativo) e escala da unidade residencial (diagnóstico da habitação, Avaliação Pós-Ocupação).

A APO habitacional compreende a etapa de avaliação das unidades habitacionais unifamiliares entregues às famílias, advindas em grande parte, de ações de reassentamento, condição que modifica profundamente os modos de vida das famílias envolvidas. A etapa de APO foi empregada em uma amostra estratificada de residentes, priorizando distintos perfis familiares. Os métodos e técnicas utilizados, aprovados previamente pelo Comitê de Ética em Pesquisa, envolvem aplicação de questionário para aferir as condições habitacionais e urbanas e entrevista semiestruturada com os participantes da amostra. O roteiro da entrevista elucida o perfil familiar dos moradores, as condições socioeconômicas, o nível de satisfação com a unidade, os aspectos funcionais e construtivos da unidade, as demandas por modificação de uso e adaptabilidade, e a qualidade da inserção urbana. A avaliação funcional e as estratégias empregadas na transformação das unidades foram identificadas através do levantamento físico, considerando o uso dos cômodos, a disposição dos equipamentos e do mobiliário, e os espaços disponíveis do lote. O registro fotográfico dos espaços internos, do exterior da unidade e das vias públicas adjacentes complementam o levantamento, bem como a confecção de maquetes tridimensionais para a demonstração das modificações e expansões construtivas.

A primeira etapa compreendeu visita prévia à comunidade para reconhecimento do território, com acompanhamento de técnicos da municipalidade, arquitetos, assistentes sociais e toda a equipe de trabalho. Por conseguinte, foi empregada a atividade Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), de modo a identificar a qualidade de vida urbana dos moradores. A APO, por sua vez, consiste numa série de métodos e técnicas que realizam leituras de fatores positivos e negativos do ambiente, considerando algum tempo de uso. A APO se distingue como análise de empreendimentos habitacionais ao entender fundamentalmente a aferição do atendimento das necessidades ou o nível de satisfação dos usuários, e pode emitir recomendações a partir das edificações e entorno urbano, in loco, na escala e tempo reais. Segundo Rheingantz et al. (2009:16)

Avaliação pós-ocupação é um processo interativo, sistematizado e rigoroso de avaliação de desempenho do ambiente construído, passado algum tempo de sua construção e ocupação. Focaliza os ocupantes e suas necessidades para avaliar a influência e as consequências das decisões projetuais no desempenho do ambiente considerado, especialmente aqueles relacionados com a percepção e o uso por parte dos diferentes grupos de atores ou agentes envolvidos.

Nesta pesquisa, a APO empregada abarcou a seleção prévia de unidades considerando a diversidade de tipos familiares e o grau de transformação das residenciais originalmente entregues aos moradores. A identificação dos residentes participantes foi mediada pelos técnicos da municipalidade e pela manifestação voluntária dos participantes do DRUP. Ao todo, foram visitadas sete unidades habitacionais, constituindo uma amostra estratificada. Unidades residenciais sem alterações por parte dos moradores não foram incorporadas à visita, uma vez que o cerne da pesquisa de campo objetiva analisar as modificações construtivas executadas pelos residentes e compreender as demandas que motivaram as reformas e as formas de uso dos espaços residenciais modificados. Objetiva-se, ainda, avaliar a existência de padrões construtivos e relacioná-los às demandas de uso e atividades dos distintos grupos familiares.

## **1. Urbanização de Assentamentos Precários e o contexto do bairro Campo Verde**

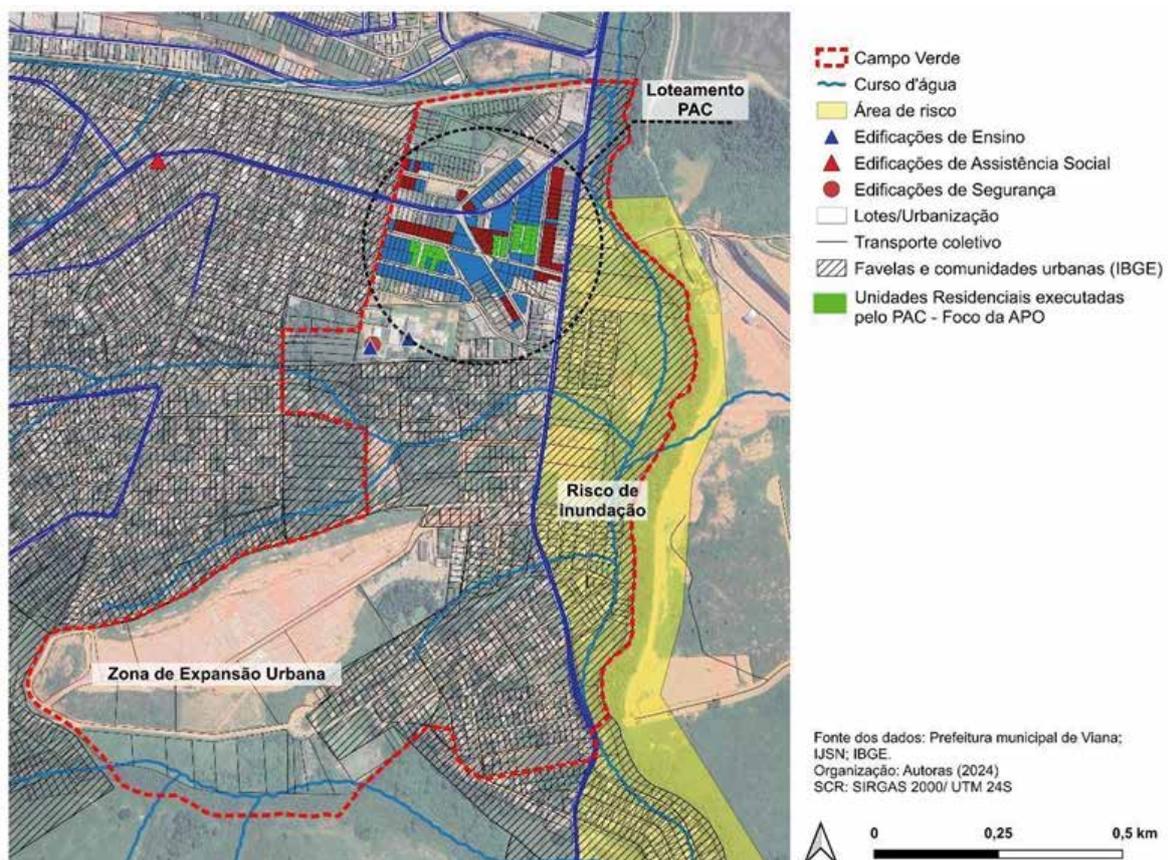
O bairro Campo Verde situa-se no limite periurbano de Viana, município que integra a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no estado do Espírito Santo. Viana possui característica peculiar diante da metrópole: possui características de cidade pequena, dotada de 73.423 moradores, 25.552 domicílios, que em sua maioria (94,67%) reside em domicílios do tipo casa (IBGE, 2023). Viana destaca-se pela sua posição acolhedora aos grandes equipamentos logísticos metropolitanos, e pela sua demanda rural na porção oeste. Situa-se de maneira desfavorável no que diz respeito ao saneamento, com índice de apenas 42,2% de atendimento de esgoto (CESAN, 2023) e ocupa a última posição do IDHM dentre os municípios da RMGV, com 0,734 (IPEA, 2010). Viana dispõe de baixos salários ao trabalhador, com remuneração média de R\$2.584,61, e estoque de empregos situados majoritariamente por trabalhadores com ensino médio (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2021). Complementarmente, possui 68,93% de domicílios situados em favelas e comunidades urbanas (IBGE, 2020) e 15.911 famílias cadastradas no CADÚnico, sendo 39% em situação de pobreza. Diante de tantos desafios, é imperativo enfrentar de forma multissetorial os problemas urbanos interrelacionados, especialmente a moradia segura para a população de baixa renda.

O Programa de Urbanização Integrada Margem Sul do Rio Formate engloba o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, concebido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (à época o Ministério das Cidades), com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e objetiva a melhoria da qualidade de vida da população residente à luz de ações integradas de natureza fundiária, arquitetônica, urbana e infraestrutural. O Programa em questão beneficiou ao todo 850 famílias, com a construção de 39 novas unidades habitacionais (contemplando famílias reassentadas), intervenções de melhoria habitacional e reconstrução, além de obras de infraestrutura, saneamento, drenagem, pavimentação, requalificação

ambiental, criação de um parque linear e de um Centro de Múltiplo Uso para a comunidade. As necessidades de reassentamento denunciam o fenômeno de ocupação espontânea às margens do rio Formate, de modo a combater danos humanos e materiais que são recorrentes em períodos de inundação, fato presente no município de Viana/ES (Figuras 01 e 02).

O bairro Campo Verde, objeto de investigação deste artigo, detém características de periferia metropolitana, dispõe de vazios urbanos situados em zonas de expansão urbana, lotes situados em zonas de urbanização consolidada com área em torno de 250 a 300m<sup>2</sup>, e lotes situados em Zonas especiais de interesse social (ZEIS) com 250m<sup>2</sup> de área habitual. Uma análise breve da configuração fundiária demonstra o despreço do projeto urbano com o espaço público adjacente, especialmente diante da criação de becos e vielas que inviabilizam a presença de calçadas qualificadas, o plantio de arborização urbana e acabam por comprometer a acessibilidade no espaço público (Figura 01).

Fig. 01 Mapa do bairro Campo Verde e Urbanização PAC. Fonte: Elaboração dos autores, 2024.



O traçado do loteamento PAC compreende um preenchimento de setor de expansão urbana, caracterizado por uma Zona Urbana Consolidada e pela Zona Espacial de Interesse Social 1. As quadras são extensas, as vias estreitas e o espaço público são pouco convidativos, carecem de vitalidade e usos que favoreçam a vizinhança. O parque linear, que dispõe de mobiliários urbanos, quadra, espaço infantil, é uma conquista recente da comunidade, e compreende o único espaço de vivência dos moradores, entretanto, a ausência de atividades de entretenimento, esporte e cultura, necessárias para ativar a área, é uma realidade percebida por todos os moradores. O parque carece de espaços qualificados, com poucos equipamentos infantis qualificados e ausência de arborização e sombreamento, inviabilizando a permanência. A presença de lotes e vazios urbanos no entorno imediato contribui para aumentar a insegurança e o abandono, com a presença constante de lixo e mato pelo descaso dos

proprietários e ausência de manutenção. A precariedade urbana é constatada pelos moradores por meio da poluição dos corpos hídricos, próximos ao parque. Os moradores demonstram satisfação em residir em unidades residenciais unifamiliares, em lotes com quintais, com a presença de árvores frutíferas, e autônomos para intervir nos espaços livres do lote. Há uma atmosfera de tranquilidade retratada pelos residentes, em decorrência da ausência de adensamento excessivo e de trânsito intenso de veículos. As vantagens desse bucolismo se opõem à condição de periferização do loteamento e à sensação de insegurança. Há uma dependência completa dos subcentros periféricos mais próximos para acessar estabelecimentos comerciais necessários ao cotidiano e alguns equipamentos urbanos.

Além disso, os moradores relatam um cotidiano de reclusão, medo de circular nos espaços públicos e dependência do centro metropolitano e da capital para acessar espacialidades médicas, atividades culturais, lazer, e oportunidades urbanas. A segregação urbana é reforçada pelas dificuldades impostas pelo deslocamento e pela dependência do transporte coletivo. Há pouca diversidade de linhas, o tempo de espera nos abrigos é excessivo, e a polarização dos empregos na esfera metropolitana penaliza os moradores há mais de duas horas diárias de permanência no transporte coletivo para chegar ao destino, condição que deteriora a saúde dos moradores.

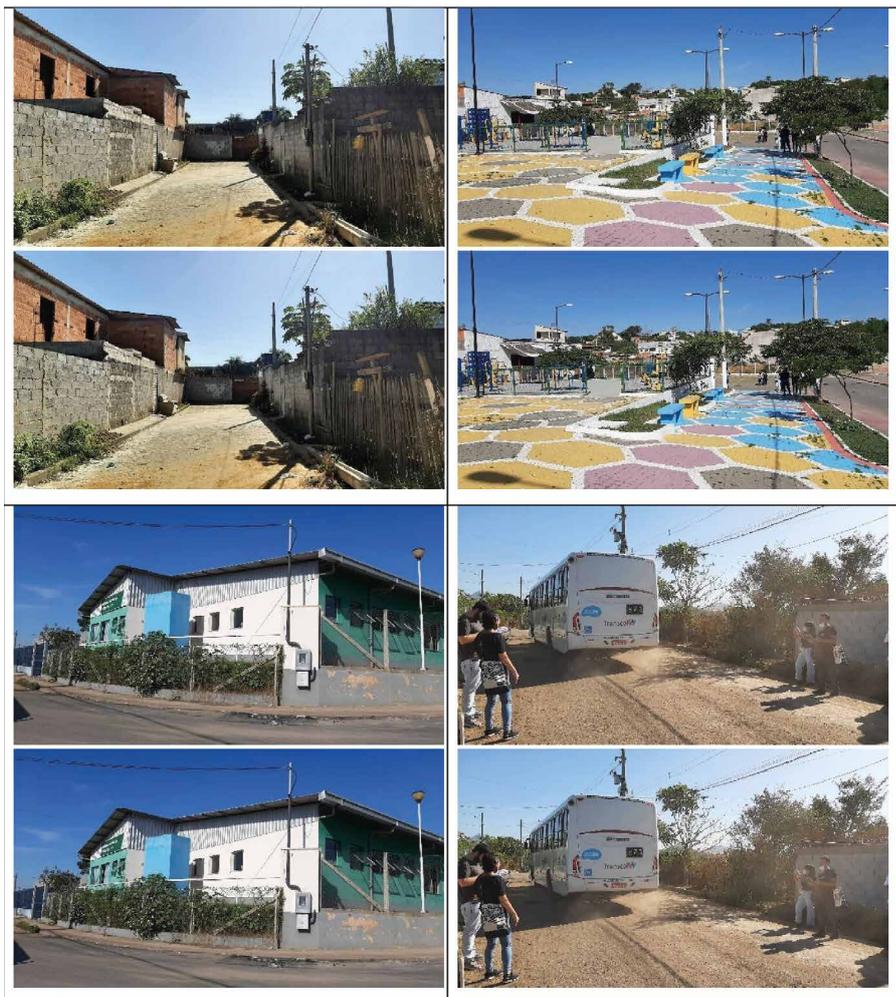


Fig. 02 Imagens do bairro, em destaque Parque linear, Centro Comunitário e vias urbanas. Fonte: Acervo dos autores, 2022.

O Programa de Urbanização em questão materializa as novas unidades habitacionais em lotes mínimos (média dimensional entre 125m<sup>2</sup> a 150m<sup>2</sup> de área), com unidades de implantação solta no lote, de dimensões módicas de 42m<sup>2</sup> (Figura 03). O programa padrão da unidade segue a tipificação da planta de dois dormitórios pequenos (respectivamente com 9 e 10m<sup>2</sup>), casa em telhado duas águas, área de serviço situada no exterior da unidade (delimitada unicamente pela presença de um tanque), banheiro social e cozinha igualmente pequenos. Os desníveis topográficos de alguns lotes se impõem como uma barreira à acessibilidade plena dos moradores. A paisagem urbana é reflexo de uma profusão de empenas, muros acrescidos e de ampliações construtivas que reposicionam aberturas, grades e portões à fachada principal. Os espaços livres do lote, quando dotados de quintal e com afastamento frontal íntegro, são ocupados com vegetação, árvores frutíferas e hortas.



Fig. 03 Planta padrão das Unidades Residenciais PAC e imagens das unidades originais e reformadas. Fonte: Acervo dos autores, 2022.

### 1.1. Aplicação da Avaliação Pós-Ocupação das Unidades habitacionais selecionadas

As entrevistas semiestruturadas constituíram o elo para compreender os hábitos cotidianos, as necessidades acerca do espaço doméstico e o comportamento do morador. A entrevista abarca os seguintes eixos: i. perfil socioeconômico e familiar; ii. tipologia arquitetônica – implantação, muros, revestimentos; iii. comportamento e evolução da habitação; iv. funcional e construtiva – espacialidade, patologias, conforto, privacidade; v. inserção urbana – deslocamento, oportunidades urbanas, segurança pública; vi. infraestrutura - serviços urbanos, equipamentos comunitários e espaços livres.

De maneira geral, as respostas do perfil familiar confirmam o vínculo com o

município, a pluralidade de arranjos domésticos, o protagonismo feminino, a condição de vulnerabilidade e a presença de pessoas com deficiência..

A tipologia arquitetônica confirma apenas uma verticalização com acréscimo de um pavimento para coabitação independente, a presença de muros acrescentados para aprimorar a segurança e a mudança de cor das fachadas. O comportamento e a evolução da habitação reconhecem: a satisfação dos moradores com as unidades; a vida reclusa; a execução de reformas, destacando-se acréscimo de muros e varandas varandas, avanço de telhados, substituição de esquadrias, pintura das fachadas, ampliação de cômodos, mudanças de uso; o desejo de muitos moradores é reformar o banheiro, acrescentar mais um pavimento à unidade.

A avaliação funcional e construtiva aponta manifestações de insatisfação com as esquadrias e instalações sanitárias e hidráulicas, presença de patologias e problemas construtivos (vazamento de água, problemas nas tubulações de esgoto e água, problemas nas instalações elétricas, queda de energia, rede de dados inexistente, além de umidade, mofo e rachaduras); em geral cozinha, banheiros e área de serviço são considerados pequenos; dormitórios são considerados quentes. A inserção urbana demonstra: o deslocamento prioritário por transporte coletivo; a sensação de tranquilidade; a escassez de espaços de lazer e equipamentos comunitários. A infraestrutura salienta problemas com a rede de dados, segurança pública, correspondência e limpeza urbana; a segregação se manifesta no desconhecimento dos moradores sobre os equipamentos culturais e esportivos.

### 1.1.1. Unidades selecionadas

As três unidades residenciais a seguir foram selecionadas para demonstrar as particularidades relativas às tendências apontadas no perfil familiar e na evolução da habitação, com manifestações de expansibilidade construtiva. Todas possuem a responsabilidade feminina pelo domicílio e configuram distintos arranjos.

A primeira unidade pertence à família de Elsa (nome fictício para preservar a identidade da família), mulher de 80 anos, chefe de família, viúva há cinco anos; hoje reside com a filha de 64 anos, o genro e a neta, de 36 anos. Elsa é mulher com deficiência, a perna direita sofreu amputação e depende de ajuda de vizinhos e familiares para se locomover; sua filha está em tratamento de câncer e a neta possui deficiências múltiplas, ficando acamada quase todo o tempo. Além da aposentadoria, Elsa recebe pensão do primeiro marido, recebendo um total de 2 salários mínimos, sendo a principal provedora da casa. Sua filha e genro estão desempregados e recebem auxílio do governo.

As reformas executadas pela família, por meio de contratação de profissional, apontam o aproveitamento do afastamento frontal e de fundos para acréscimo, respectivamente, de varanda coberta com rampa de acessibilidade para vencer o desnível da rua e de área de serviço coberta na porção posterior da casa. A área de serviço foi considerada insuficiente em sua versão original. A esquadria da cozinha, posicionada originalmente ao fundo, foi retirada para dar lugar ao vão que conduz à área coberta adjacente à área de serviço, motivo pelo qual a cozinha apresenta problemas de iluminação e ventilação. A bancada da cozinha também foi substituída e reposicionada, de modo a acomodar equipa-

mentos e eletrodomésticos, entretanto, ainda há insatisfação com o leiaute de mobiliários e equipamentos da cozinha, que não dispõe de nenhum apoio para refeições correntes (Figura 04).



A varanda frontal é uma estrutura independente acrescida, considerada o melhor lugar da casa pelas condições agradáveis de conforto e ventilação; é um cômodo multifuncional apreciado pelas diversas atividades sociais que acomoda; a rampa de acesso vence um desnível de 1,2 metros em relação à rua, dotada de corrimão, é imprescindível para o deslocamento de Elsa. O muro alto, sem revestimento, é um elemento de privacidade e segurança, na opinião da moradora. Outras alterações relevantes são: o revestimento da unidade em piso cerâmico; pintura das paredes na cor azul; a instalação de grades de segurança.

Fig. 04 Diagramas de evolução da Unidade de Elsa. Fonte: Acervo dos autores, 2022.

A segunda unidade pertence a Joana (id.), uma mulher de 50 anos de idade, professora, chefe de família e provedora. Ela tem complementação de renda com o auxílio do marido, apesar do mesmo não ter vínculo empregatício. Joana e o marido moram juntamente com a filha dela e o genro.

Conforme relatado em entrevista, a casa padrão não atendia as necessidades básicas da família e a demanda por mais espaço físico. As consecutivas reformas foram feitas pelo marido de Joana. A unidade, hoje com dois pavimentos, abriga o casal no segundo pavimento e a filha e o genro no primeiro pavimento, com acessos independentes. Outro forte encorajamento foi a organização de um espaço de trabalho para uma complementação de renda de Joana, na varanda da unidade.

Alguns destaques de modificações, foram: expansão do banheiro original; criação de um novo banheiro e um lavabo; deslocamento da área de serviço



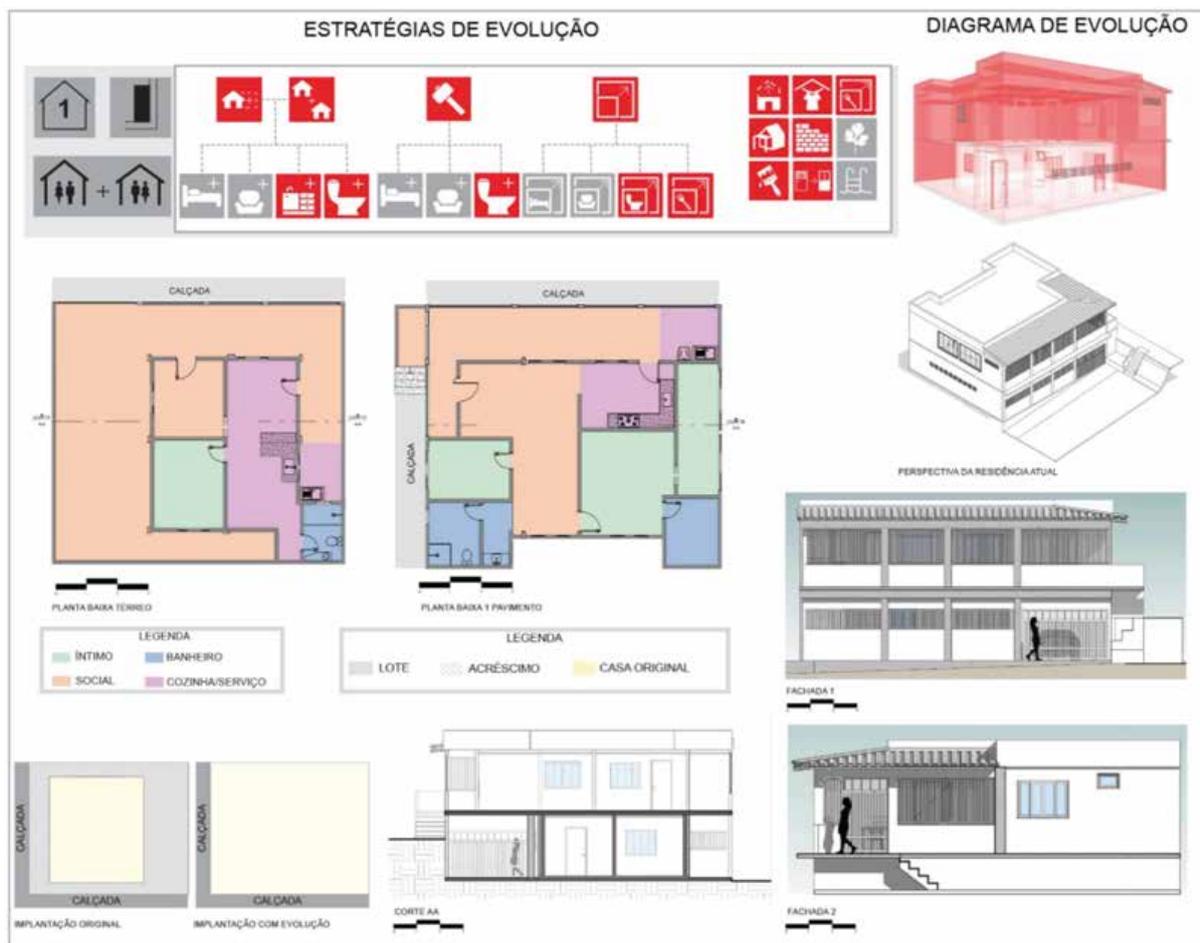
Fig. 05 Imagens da Unidade de Elsa, com ênfase no muro externo, rampa e varanda frontal, cozinha e área de serviço e afastamentos. Fonte: Acervo dos autores, 2022.

da casa para o lado externo; as paredes dos muros receberam vários pilares e vigas para fazer a sustentação da ampliação para o andar superior; a laje da cobertura é toda pré-fabricada e mista de concreto, ferragens e isopor (Figuras 06 e 07).

Ademais, toda a residência foi fechada com muro e gradil por motivos de privacidade e principalmente por segurança.. As paredes receberam tratamento de reboco e pintura na cor branca, (a residência original mesmo pintada pelos moradores, apresentam em seu interior as marcas dos blocos originais, Figura 07), ampliação de cozinha com instalação de bancada de granito, e mudança nos revestimentos.

É possível notar, que as modificações e ajustes feitos pelos moradores criaram grandes faixas de absorção de calor, bloqueio de ventilações e avançaram a residência até os limites da calçada, criando uma escada de acesso. Outro aspecto significativo, foi a percepção de muitas estruturas com fissuras, infraestruturas básicas sem proteção e vedação.

A terceira unidade pertence a uma família monoparental, constituída por mãe



e duas filhas. Originalmente a casa era habitada pela mãe e seus quatro filhos, sendo que a filha mais velha e o filho já não residem mais na unidade. As alterações e reformas executadas remontam o momento do ciclo familiar em que todos estavam juntos. Em essência, a unidade tem dois acréscimos significativos, um cômodo independente de uso exclusivo para a filha mais velha na lateral esquerda da casa, com 24m<sup>2</sup> (atualmente está ocioso) e dois cômodos dedicados à área de serviço e varanda (ambientes integrados) e uma cozinha na frente da unidade, com 18,4m<sup>2</sup>. Além disso, há mudança de uso na cozinha original que se transformou em um dormitório com a supressão da bancada de trabalho. A demanda por uma cozinha maior é decorrente da iniciativa da moradora em trabalhar com a comercialização de alimentos para incremento da renda familiar (Figura 06).

Reclusa e receosa pela segurança de suas filhas, todas as janelas da unidade foram obstruídas, seja por armários, ou dispositivos fixos. Os problemas de ventilação, iluminação e as patologias como mofo, umidade e o calor possuem relação direta com as obstruções efetivadas. Diversos ambientes da casa estão pintados com cores distintas sendo que apenas os ambientes acrescidos possuem reboco. Persiste a insatisfação com o banheiro, considerado pequeno, úmido e quente (os problemas de conforto se agravam com a obstrução da janela). A unidade tem uma particularidade de estabelecer maior relação com o espaço público frontal, pois a moradora executou um jardim com uma delimitação em estacas de madeira. A moradora relata o desejo de crescer mais um pavimento e executar uma casa com varanda para contemplar a vista, o que criaria a oportunidade de alugar o pavimento inferior.

Fig. 06 Diagramas de evolução da Unidade de Joana. Fonte: Acervo dos autores, 2022.

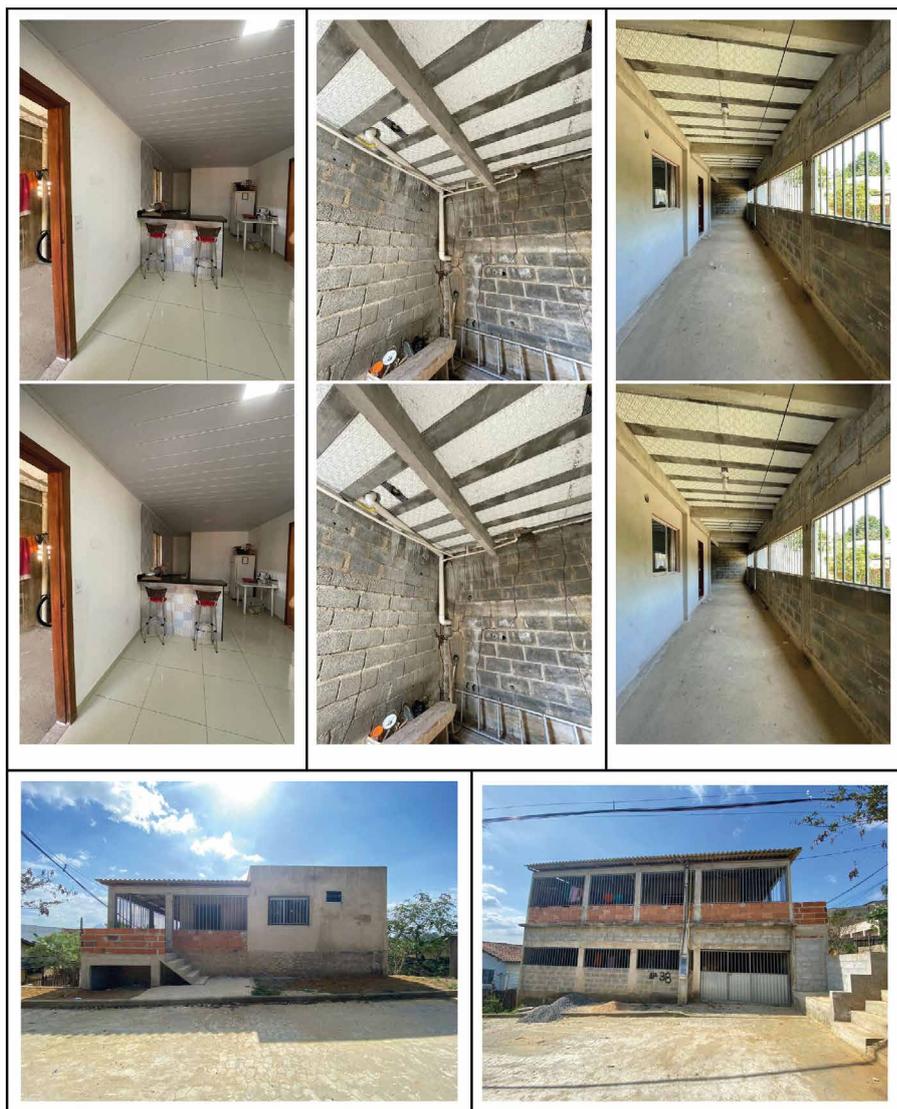
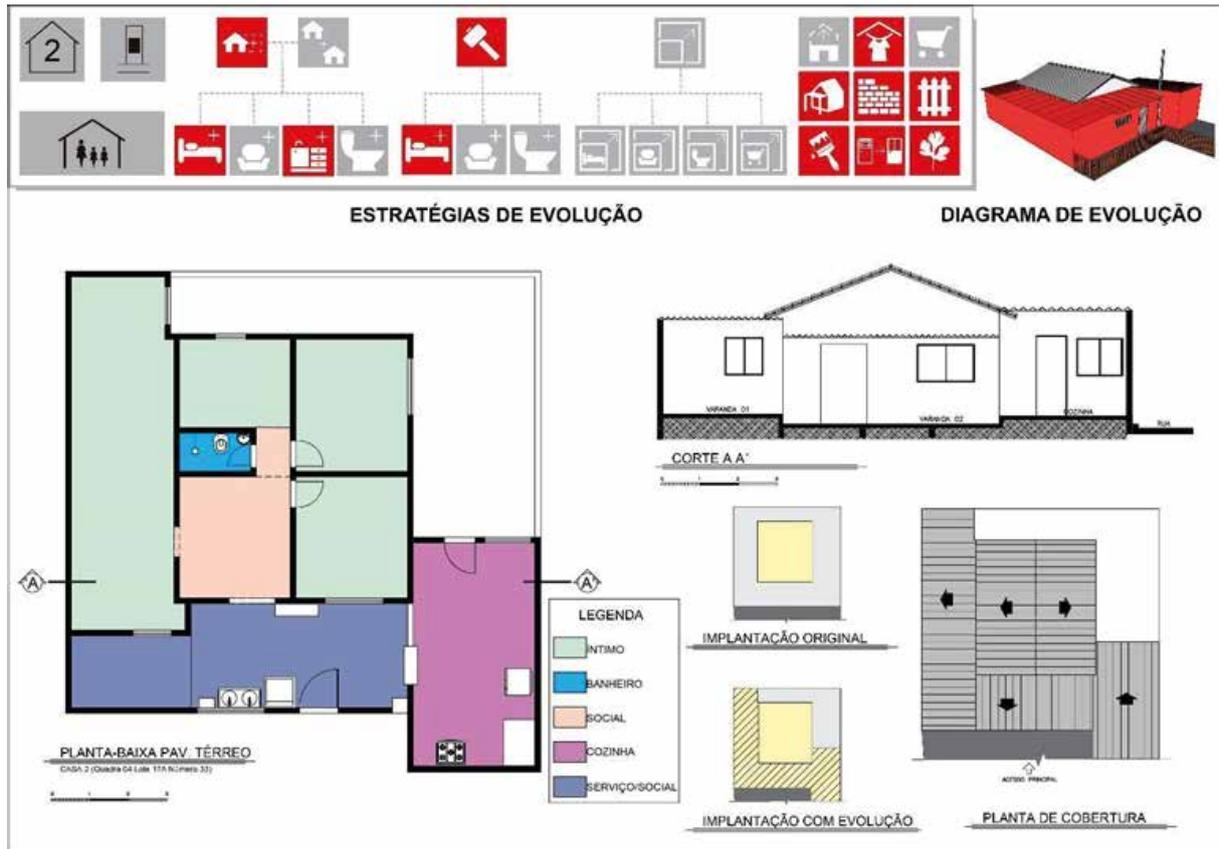


Fig. 07 Imagens da Unidade de Joana, com ênfase nos acréscimos, infraestrutura precária, fechamento de varanda e fachadas. Fonte: Acervo dos autores, 2022

## 2. Considerações Finais

Este estudo contribuiu para o aperfeiçoamento da formação discente, a retroalimentação através do ensino, pesquisa e extensão, com a possibilidade de aplicar metodologias participativas na escala urbana. Assim, a indissociabilidade entre estes três termos é a manifestação de um princípio orientador de qualidade de produção universitária, neste caso, em conjunto ao poder público.

O trabalho aponta, em primeiro momento, a condição de segregação imposta pela periferização do loteamento, acompanhada da sensação de insegurança e da ausência de oportunidades urbanas no bairro. A precariedade metropolitana está refletida na dependência de políticas públicas assistencialistas e na conjuntura demográfica e econômica que reposiciona a mulher como responsável familiar. Após o diagnóstico, percebe-se a falta de protagonismo da população em participar das tomadas de decisões e de suas necessidades serem colocadas em voga como requisito importante da produção das casas, condição comprovada pela falta de atendimento às necessidades primárias das famílias contempladas com as novas unidades residenciais. Concomitante a isso, na ótica do perfil arquitetônico, é inegável a incongruência as políticas públicas em relação às diferentes matrizes familiares e na impossibilidade de flexibilidade



ao longo do tempo, no tocante às possibilidades de remodelação, reformas e transformações de qualidade, junto aos diferentes arranjos familiares.

Nesta lente, é de relevância pontuar que as mulheres, chefes de família, estão à frente das situações adversas e em posições de resistência às problemáticas relacionadas à precarização da habitação, administram problemas relacionados à saúde dos familiares, atuam como cuidadoras, provedoras (por vezes, única fonte da renda familiar), entre outras situações instáveis. Reafirma-se a necessidade de amparo a este expressivo estrato da população, a partir da ampliação e da sofisticação das políticas públicas já existentes no contexto apresentado.

### 3. Agradecimentos

Os autores agradecem a colaboração de todos os discentes na atividade de Apoio Técnico e na elaboração das peças gráficas que integram o relatório oficial de APO entregue ao poder público.

Fig. 08 Diagramas de evolução da Unidade de família monoparental. Fonte: Acervo dos autores, 2022.

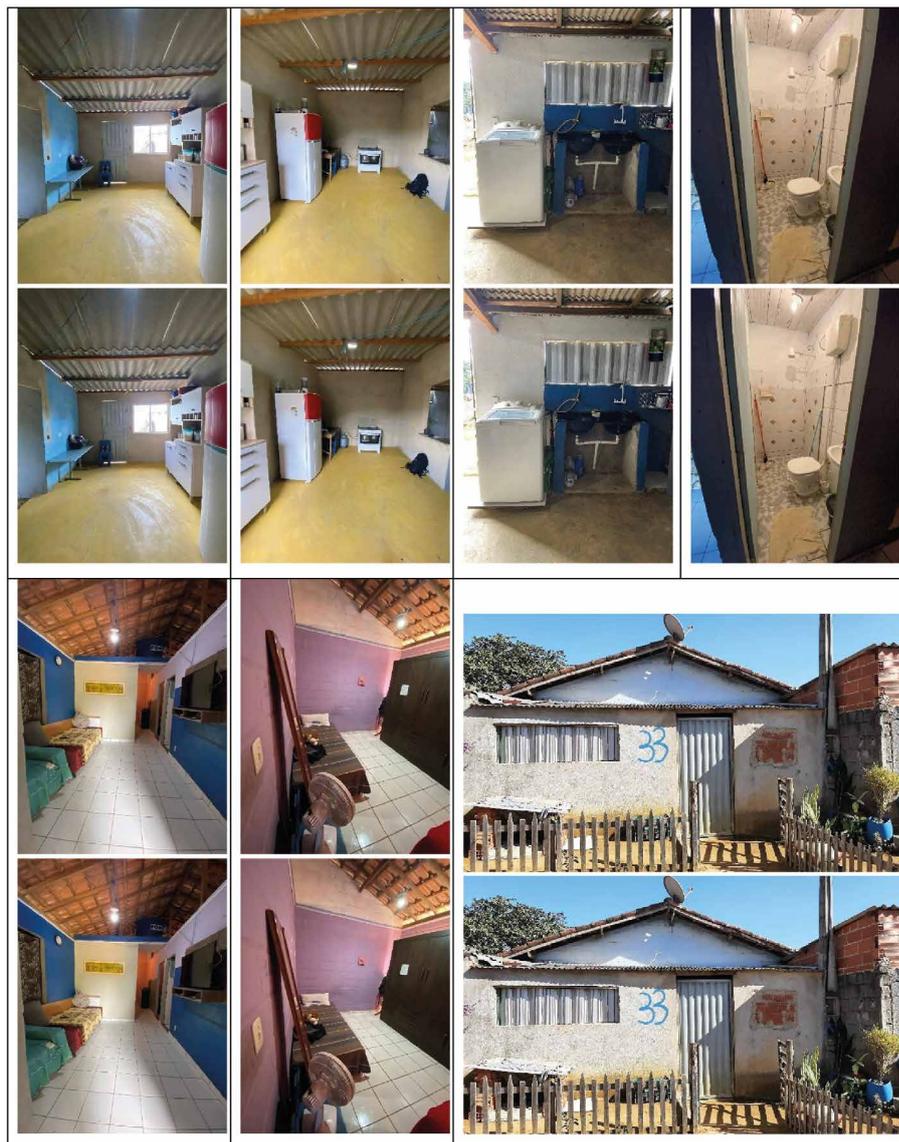


Fig. 09 Imagens da Unidade três, com ênfase nos acréscimos, vedações obstruídas, banheiro, cores dos ambientes internos e fachada frontal. Fonte: Acervo dos autores, 2022

## Bibliografía

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN. (2022). População atendida e inventariada. Disponível em: [https://www.cesan.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Abrangencia\\_2018\\_a\\_2023-1.pdf](https://www.cesan.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Abrangencia_2018_a_2023-1.pdf). (Consulta: 05/03/2024).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2020). Aglomerados subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. Notas Técnicas. Rio de Janeiro, Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia e Meio Ambiente. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/f9d10a1135cdaa0e845108f06b1c00f1.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f9d10a1135cdaa0e845108f06b1c00f1.pdf). (Consulta: 08/07/2020).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2023). Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. (Consulta: 05/03/2024).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. (2010). Atlas da vulnerabilidade social. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>. (Consulta: 05/03/2024).

MINISTÉRIO DO TRABALHO. (2021). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS 2021. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-rais>. (Consulta: 07/05/2022).

RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. (2009). Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: UFRJ/PROARQ.

XVI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo / Cristina Araujo Lima... [et al.] ; Contribuciones de Josefina Dámaris Gutiérrez ; Compilación de Mónica S. Martínez. - 1a ed compendiada. - Córdoba : Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba ; Cataluña : Universitat Politècnica de Catalunya, 2024.  
Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online  
ISBN 978-987-8486-61-1

1. Urbanismo. I. Araujo Lima, Cristina II. Gutiérrez, Josefina Dámaris, colab. III. Martínez, Mónica S., comp.

CDD 711.007